



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA
ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI N.º 471/2017

Súmula: Revoga as Leis n.º 1961/1998 e 1960/1998.

Considerando a recente decisão do Superior Tribunal de Justiça que julgou inconstitucional a cobrança da Taxa de Combate a Sinistros, criada com o objetivo de ressarcir o erário municipal do custo da manutenção do serviço de combate a incêndios. Considerando que tal decisão teve repercussão geral reconhecida.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais REVOGA

Art. 1º. Fica revogada a Lei 1961, de 04/09/1998 que dispões sobre a criação da Taxa de vistoria de segurança contra incêndios e da taxa de Combate à incêndios.

Art. 2º. Fica revogada a Lei 1960, de 04/09/1998 que cria o fundo municipal de reequipamento da fração do corpo de bombeiros da polícia militar do estado do paraná, sediado em Palmeira.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Viscondessa Querubina Rosa Marcondes S , sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 07 de junho de 2017.



EDIR HAVRECHAKI
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA
ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI n.º .../2017

Senhores Vereadores

Recentemente o Superior Tribunal Federal – STF declarou a inconstitucionalidade da cobrança da Taxa de Combate a Sinistros, criada com o objetivo de ressarcir o erário municipal do custo da manutenção do serviço de combate a incêndios¹.

Debateram sobre a competência do Município no tocante a cobrança de taxas para fazer frente às despesas que são próprias do Estado.

Segundo o Ministro Marco Aurélio, relator do processo, “as funções surgem essenciais, inerentes e exclusivas ao próprio estado, que detém o monopólio da força”. O mesmo relator entende ser “inconcebível que o município venha a substituir-se ao estado por meio da criação de tributo sobre o rótulo de taxa”.

Considerando que tal decisão teve repercussão geral reconhecida e que afeta a grande maioria dos Municípios brasileiros, não nos cabe outra medida senão a de realizar a adequação legislativa municipal diante da decisão ora exposta.

EDIR HAVRECHAKI
PREFEITO MUNICIPAL

¹Recurso Extraordinário (RE) 643247